

SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE  
COMBUSTÍVEIS LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Sócios e Administradores da  
Santa Lúcia Distribuidora de Combustíveis Ltda.  
Santa Maria - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Lúcia Distribuidora de Combustíveis Ltda. ('Empresa'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Lúcia Distribuidora de Combustíveis Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório, em 27 de março de 2025, sem modificações sobre essas demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 RS 005519/F-0

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gian Capelari', written over a light blue circular stamp.

Gian Capelari  
Contador CRC 1 RS 090871/O-8

# SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 06.278.750/0001-06

## Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.104.894	91.847.132	Fornecedores		17.899.368	19.325.404
Clientes	5	61.514.296	47.309.334	Empréstimos e financiamentos	10	34.148.949	5.714.560
Adiantamentos diversos	7	15.052.978	10.614.725	Obrigações fiscais e sociais		3.409.193	7.703.915
Tributos a recuperar	8	7.172.740	3.534.360	Adiantamentos de clientes		1.742.286	352.529
Estoques	6	69.706.218	49.254.116	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.154.476	5.549.795
Outras contas a receber		805.275	2.411.376	Obrigações trabalhistas	11	1.905.138	1.777.325
				Outras contas a pagar	12	1.480.029	2.279.972
		<u>236.356.400</u>	<u>204.971.044</u>			<u>62.739.439</u>	<u>42.703.501</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Créditos realizáveis		1.353.586	76.000	Empréstimos e financiamentos	10	128.659.779	131.422.957
Aplicações financeiras vinculadas		30.948.681	3.034.220	Tributos diferidos		68.177	77.067
Imobilizado	9	43.969.115	41.064.974	Outras obrigações a pagar		11.389.085	13.454.890
Intangível		34.400	44.720	Provisão para contingências	14	99.942	182.693
		<u>76.305.781</u>	<u>44.219.913</u>			<u>140.216.983</u>	<u>145.137.607</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>	15		
				Capital social		20.973.300	20.973.300
				Reservas		25.651.178	1.673.366
				Lucro acumulado		63.081.281	23.845.468
						<u>109.705.758</u>	<u>61.349.849</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>312.662.181</u></u>	<u><u>249.190.957</u></u>	<b>Total do passivo</b>		<u><u>312.662.181</u></u>	<u><u>249.190.957</u></u>

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 06.278.750/0001-06

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	4.379.582.473	3.574.774.803
Custo das mercadorias vendidas	17	(4.258.386.697)	(3.473.918.761)
Lucro bruto		121.195.775	100.856.042
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com vendas	17	(2.834.188)	(2.267.418)
Despesas administrativas	17	(86.311.114)	(62.836.531)
Outras despesas operacionais	17	(21.561.743)	(16.154.987)
Outras receitas operacionais	19	73.231.146	31.414.325
		(37.475.899)	(49.844.612)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		83.719.876	51.011.431
Despesas financeiras	18	(23.063.747)	(14.439.476)
Receitas financeiras	18	25.477.089	8.693.399
Resultado financeiro líquido		2.413.342	(5.746.077)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		86.133.218	45.265.353
Contribuição social sobre lucro líquido		(6.299.805)	(3.269.073)
Imposto de renda pessoa jurídica		(16.427.486)	(8.528.957)
Resultado do período		63.405.927	33.467.323

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 06.278.750/0001-06

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

---

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	63.405.927	33.467.323
Realização da avaliação patrimonial	0	0
Resultado abrangente do exercício	<u>63.405.927</u>	<u>33.467.323</u>

---

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SANTA LUCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 06.278.750/0001-06

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital social	Reavaliação de ativos próprios	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros a Destinar	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.000.000	166.857	-	-	18.179.969	36.346.826
Resultado do exercício	-	-	-	-	33.467.323	33.467.323
Integralização de capital	2.973.300	-	-	-	-	2.973.300
Realização da reserva	-	(17.257)	1.673.366	23.845.468	(25.501.577)	-
Tributos s/ reavaliação	-	-	-	-	8.890	8.890
Juros s/capital próprio	-	-	-	-	(6.220.000)	(6.220.000)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(5.226.489)	(5.226.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.973.300	149.600	1.673.366	23.845.468	14.708.115	61.349.849
Resultado do exercício	-	-	-	-	63.405.927	63.405.927
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva	-	(17.257)	-	-	26.146	8.890
Juros s/capital próprio	-	-	-	-	(8.013.000)	(8.013.000)
Dividendos destinados	-	-	-	-	(7.045.908)	(7.045.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.973.300	132.344	1.673.366	23.845.468	63.081.281	109.705.758

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 06.278.750/0001-06

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	63.405.927	33.467.323
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Tributos sobre lucro	22.727.291	11.798.030
(+) Depreciação	11.188.302	7.170.009
Resultado na baixa de imobilizado	1.146.903	(2.856.389)
(+) Diminuição do Ativo Não Circulante Longo Prazo	-	377.519
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17.822.370	11.204.173
Provisão para perdas de recebíveis	1.863.740	
(-/+ ) Outras contas que não afetam o Capital Circulante	-	16.817.221
(=) Lucro líquido ajustado	118.076.948	77.977.887
Aumento em clientes	(16.068.702)	(4.189.172)
Aumento nos estoques	(20.452.102)	(19.177.736)
Aumento em adiantamentos	(4.438.252)	(7.476.245)
Outros ativos	(3.367.175)	(1.402.195)
Diminuição em fornecedores	(1.426.037)	(9.712.223)
Outros passivos	(9.450.730)	5.279.114
	62.873.951	41.299.431
Impostos pagos	(18.775.961)	(11.798.030)
Juros pagos	(7.151.159)	(13.052.956)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.946.831	16.448.445
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens e direitos de ativo imobilizado/investimentos	(15.239.346)	(33.338.044)
Aplicações financeiras de longo prazo	(27.995.498)	-
Alienação/baixa bens do ativo imobilizado/investimentos	-	5.995.844
Caixa líquido proveniente das/(usado nas) atividades de investimento	(43.234.843)	(27.342.200)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
(+) Empréstimos e financiamentos contratados	8.905.434	67.199.606
Dividendos e JSCP pagos	(12.359.660)	(11.446.489)
(+) Integralização de capital	-	2.973.300
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(3.454.226)	58.726.417
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.742.238)	47.832.661
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.847.132	44.014.471
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	82.104.894	91.847.132
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.742.238)	47.832.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

1. Contexto operacional

A SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (“Empresa”), com sede na cidade de Santa Maria/RS, é uma sociedade limitada e tem como objeto: comércio atacadista de álcool carburante, gasolina, e demais derivados de petróleo, comércio atacadista de lubrificantes, transporte rodoviário de produtos perigosos, comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores, depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, carga e descarga, aluguel de imóveis próprios e aluguel de imóveis de terceiros por meio de sublocação. A empresa possui filiais em Esteio-RS, Rio Grande-RS, Palmeiras das Missões-RS e Araucária-PR. Em 2025, foram criadas duas novas filiais, nas cidades de Canoas-RS e Cruz Alta-RS.

Sua atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e a permissão para funcionamento não possui prazo de validade.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros contabilizados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Empresa, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas e saldos patrimoniais:

- Nota Explicativa nº 5: Perda esperada sobre ativos financeiros - Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 9: Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 13: Realização de impostos diferidos;
- Nota Explicativa nº 14: Provisão para contingências;

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

b) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil, quando for necessária uma revisão da respectiva vida útil.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa são revisados na data de apresentação das demonstrações contábeis com objetivo de verificar se há indicação de perda no valor recuperável (*impairment*). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

d) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e) Capital social

As quotas de capital social estão todas integralizadas e classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, quando existentes, conforme definido em contrato social, são reconhecidos como passivo.

f) Reconhecimento de receita e custos dos produtos e serviços vendidos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa avalia os cinco passos do reconhecimento da receita. Uma receita é reconhecida quando, e somente quando, todas as obrigações de desempenho previstas no contrato com os clientes foram atingidas. Uma receita somente é reconhecida quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A Empresa avaliou as obrigações de desempenho de seus contratos com clientes e concluiu que a receita deve ser reconhecida em um momento no tempo. Isso ocorre, geralmente, no momento em que o combustível é entregue fisicamente aos clientes.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos e juros sobre empréstimos, sendo que os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 por ano para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido, a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i) Demais impostos

- Gasolina e diesel - ICMS, PIS/COFINS com incidência monofásica, todos pelo produtor (refinaria) ou importador. Desta forma, no restante da cadeia produtiva (o distribuidor e o revendedor), independentemente do tipo de operação, não há tributação, não havendo créditos nas aquisições dos referidos produtos.
- Etanol hidratado: o ICMS ocorre na distribuidora por substituição tributária, ficando o posto revendedor desonerado do imposto. Em relação à contribuição para o PIS e a COFINS, o álcool hidratado para fins carburantes está sujeito às alíquotas diferenciadas, sendo que a Lei nº 12.859/2013 e Lei 12.995/2014, vigente desde 08 de maio de 2013, concentrou a tributação no produtor ou importador. Em julho de 2017 através do Decreto nº 9.112/2017, passa a incidir uma parcela dessas contribuições sobre as vendas realizadas, por distribuidor, no valor correspondente a R\$ 19,81, por metro cúbico do Pis e R\$ 91,10, por metro cúbico da Cofins; A Lei Complementar 214/2025, no artigo 537 trouxe alterações na tributação de PIS/COFINS, a partir de 1º de maio de 2025, o etanol hidratado passou ao regime de tributação monofásica de PIS/Cofins, com a carga tributária federal concentrada integralmente nas usinas produtoras ou importadoras.
- Biodiesel B-100: o ICMS, PIS e COFINS estão embutidos nas operações de venda de diesel pela refinaria. Isso ocorre porque a finalidade do biodiesel B-100 é ser misturado ao diesel para distribuição.
- Etanol anidro: o valor do ICMS está na incidência monofásica nas operações de venda de gasolina pela refinaria. A venda, pelo distribuidor, de álcool anidro adicionado à gasolina passou a ser tributada de PIS/COFINS a partir de julho de 2017 através do Decreto nº 9.112/2017, por distribuidor, no valor correspondente a R\$ 19,81, por metro cúbico do PIS e R\$ 91,10, por metro cúbico da COFINS. A Lei Complementar 214/2025, no artigo 537 trouxe alterações na tributação de PIS/COFINS, sendo que a partir de 1º de maio de 2025, as alíquotas de PIS/COFINS do etanol anidro, adicionado à gasolina pelas distribuidoras, foram reduzidas a zero.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

- Desde 01/12/2021, o distribuidor sujeito ao regime não cumulativo do PIS e da COFINS, poderá descontar créditos relativos à aquisição, no mercado interno, de álcool anidro para adição à gasolina. Os referidos créditos correspondem aos valores da contribuição para o PIS e COFINS que incidiram sobre a operação de aquisição, conforme art. 5º, parágrafo 13-A e 14 da Lei 9718/98. A partir de 1º de maio de 2025, o etanol hidratado passou ao regime de tributação monofásica de PIS/Cofins, com a carga tributária federal concentrada integralmente nas usinas produtoras ou importadoras e as alíquotas de PIS/COFINS do etanol anidro, adicionado à gasolina pelas distribuidoras, foram reduzidas a zero.

j) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (FVOCI); (iii) Valor Justo por meio do Resultado (FVTPL).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI, ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

#### Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

#### Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia, no final de cada exercício social, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) A Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse” e (a) Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

#### ii. Passivos financeiros

##### Reconhecimento inicial

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos e são reconhecidas no resultado do exercício.

##### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

##### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

d. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros e seus saldos apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão evidenciados a seguir:

Descrição	Nota explicativa	2025	2024
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	448.581,64	304.052,52
Aplicações financeiras	4	81.656.312,40	91.543.079,63
Cliente	5	33.564.144,12	27.395.628,74
Adiantamentos	7	15.052.977,53	10.614.725,36
Outras contas a receber		45.617,60	1.508.218,15
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores		(17.702.313,32)	(18.980.786,03)
Adiantamento de clientes		(1.742.286,05)	(352.529,15)
Outras contas a pagar		(174.512.977,34)	(151.987.813,78)
Instrumentos financeiros líquidos		<u>35.239.792,02</u>	<u>20.041.719,44</u>

k) Gestão de risco

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A exposição aos riscos, no entender da Empresa, se limita a:

I. Risco de crédito:

É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes. Este risco é mitigado pelas políticas de análise e revisão periódica de cadastros para liberação de crédito, assim como políticas de cobrança de clientes. A exposição ao risco de crédito segue demonstrada nas notas explicativas número 5 - Contas a receber; Outros Ativos.

II. Análise de liquidez:

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Empresa administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito disponíveis e monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados, assegurando o cumprimento de suas obrigações nos prazos contratados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

A tabela a seguir apresenta a análise de liquidez dos passivos financeiros da Empresa, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, agrupados por faixas de vencimento.

	Saldo contábil	Fluxo proje- tado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	17.899.367,77	17.899.368	17.899.368		
Adiantamento de clientes	1.742.286,05	1.742.286	1.742.286		
Dividendos	137.876,49	137.876	137.876		
Outros passivos financeiros	20.200.044,54	20.200.045	20.200.045		
Empréstimos e financiamentos	162.808.728,26	246.807.594	64.777.874	49.314.942	132.714.779
Total	<u>202.788.303,11</u>	<u>286.787.169,35</u>	<u>104.757.448</u>	<u>49.314.942</u>	<u>132.714.779</u>

### III. Risco de preço:

Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Empresa monitora continuamente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar movimentos de preços e ajustar suas estratégias a fim de minimizar os riscos.

### IV. Risco de taxas de juros:

Decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. A Empresa não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

A exposição ao risco de taxa de juros está relacionada, principalmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e às obrigações tributárias e parcelamentos tributários atualizados pela taxa Selic. Considerando que o CDI apresenta elevada correlação histórica e comportamento muito próximo ao da taxa Selic, a Administração avalia o risco de variação das taxas de juros de forma conjunta, adotando uma abordagem consolidada para fins de análise de sensibilidade. Os cenários de sensibilidade foram elaborados com base nas expectativas de mercado divulgadas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos consolidados, sujeitos à variação das taxas de juros, bem como o efeito estimado no resultado e no patrimônio líquido decorrente dos cenários considerados, evidenciando que a Empresa apresenta exposição líquida passiva às oscilações das taxas.

Contas a Receber	Taxa de Juros	Saldo em 31/12/2025	Taxa Esperada	Efeito Esperado	Aumento em 10%	Aumento em 20%
Aplicações Financeiras	CDI	109.651.809,93	13,71%	15.033.263	16.536.589	18.039.916
Empréstimos	CDI e Selic	(162.808,728,26)	16,61%	(27.042.530)	(29.746.783)	(32.451.036)
Total		(53.156.918,33)		(12.009.267)	(13.210.193)	(14.411.120)

Ip) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

i) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

A Empresa avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

- ii) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Empresa avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

- q) m. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- i) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à remensuração dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

ii) IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

iii) Alterações na IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

r) n. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

Avaliação de impacto:

A Empresa avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. Além disso, concluiu com êxito os testes realizados em ambientes de homologação e produção para o correto destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Empresa reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Empresa não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos nos fluxos de caixa futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2025	2024
Caixa	11.397	4.369
Bancos conta corrente	437.184	299.684
Bancos conta aplicação	81.656.312	91.543.079
Total	82.104.893	91.847.132

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com rendimentos que variam de 90% a 112,3% da taxa CDB DI (que variam de acordo com a permanência do recurso aplicado), com a finalidade de gerar rendimentos financeiros enquanto não se utiliza dos recursos de capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

5. Clientes

Composição	2025	2024
Clientes nacionais	62.065.711,93	47.309.333,86
Provisão para perda esperada	(551.416,41)	(615.088,83)
Total	<u>61.514.295,52</u>	<u>47.309.333,86</u>

Em 2025 a provisão para perdas ficou em R\$ 551.416,41 (Em 2024 R\$ 615.088,83), a redução ocorreu em função de acordos realizados no ano.

Demonstramos a seguir as contas a receber por faixa de vencimento:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	60.971.079,49	44.264.746,47
Vencidos até 30 dias	24.244,47	115.674,59
Vencidos de 31 a 60 dias	410.286,64	118.514,04
Vencidos de 61 a 90 dias	-	1.280,46
Vencidos há mais de 91 dias	660.101,33	3.424.207,13
Total	<u>62.065.711,93</u>	<u>47.924.422,69</u>

A seguir é apresentada a Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais PECLD	(615.088,83)	(1.383.476,31)
(+) Adições	(115.973,83)	(281.813,04)
(-) Perdas	179.646,25	1.050.200,52
Saldos finais PECLD	<u>(551.416,41)</u>	<u>(615.088,83)</u>

6. Estoques

São constituídos de mercadorias para venda a atacado.

Composição	2025	2024
Gasolina A	30.982.827,82	10.532.717,70
Etanol Anidro	-	2.472.071,25
Diesel S500	20.350.571,30	16.416.266,07
Diesel S10	12.136.165,44	13.892.404,25
Biodiesel	3.814.295,37	5.166.320,69
Etanol Hidratado	1.755.035,81	503.728,55
Diesel S500B	-	18.890,78
Diesel S10B	-	251.716,76
Álcool Hidratado	434.512,67	-
Aditivos	232.809,62	-
Total	<u>69.706.218,03</u>	<u>49.254.116,05</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

---

7. Adiantamentos diversos

Composta pelo pagamento de adiantamentos a fornecedores e funcionários, cujas compras se concretizarão até o final do exercício seguinte.

Composição	2025	2024
Adiantamento Petrobras	71.967,91	3.535.685,90
Adiantamentos usinas	12.533.167,32	6.053.681,47
Adiantamentos a fornecedores	2.323.878,20	150.029,30
Adiantamentos de viagens	91.762,40	63.845,03
Adiantamentos a empregados	29.027,27	44.359,23
Adiantamento entre empresas	3.174,43	767.124,43
Total	<u>15.052.977,53</u>	<u>10.614.725,36</u>

8. Tributos a recuperar

Composição	2025	2024
COFINS a recuperar	1.067.754,90	2.774.704,83
Pis a recuperar	319.755,81	635.472,52
IRPJ a recuperar	521.883,00	113.985,19
ICMS a recuperar	5.263.346,46	10.197,58
Total	<u>7.172.740,17</u>	<u>3.534.360,12</u>

9. Imobilizado

9.1. Imobilizações em andamento

Representa o saldo dos grupos de consórcio junto aos bancos para fins de ampliação e renovação da frota de caminhões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

## 9.2. Imobilizado físico

Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados analiticamente no balanço patrimonial, sendo calculada a depreciação pelo método linear, em conformidade com a legislação vigente, como segue:

Movimentações 2025	Benfeitorias em bens de terceiros	Prédios e Instalações	Reavaliação Prédios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Equipamentos	Reavaliação de Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Obras em andamento	Aeronave	Total
Taxa de depreciação	4%	4%	4%	20%	10%	10%	10%	20%		12,50%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	<u>6.568.836,71</u>	<u>653.724,02</u>	<u>310.643,63</u>	<u>6.936.293,79</u>	<u>777.856,35</u>	<u>476.831,63</u>	<u>49.819.638,29</u>	<u>825.332,95</u>	<u>2.466.828,00</u>	<u>68.835.985,37</u>
Adições	1.280.007,87	3.400,00	-	467.585,97	1.172.118,35	-	137.407,47	11.353.492,90	825.332,95	-	15.239.345,51
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(6.715.306,78)	-	-	(6.715.306,78)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.280.007,87</u>	<u>6.572.236,71</u>	<u>653.724,02</u>	<u>778.229,60</u>	<u>8.108.412,14</u>	<u>777.856,35</u>	<u>614.239,10</u>	<u>54.457.824,41</u>	<u>825.332,95</u>	<u>2.466.828,00</u>	<u>76.534.691,15</u>
Movimentação da depreciação											
Depreciação em 1º de janeiro de 2025	-	(2.574.801,81)	(427.056,56)	(178.252,98)	(3.331.974,52)	(777.856,35)	(125.148,45)	(20.253.132,92)	-	(102.787,80)	(27.771.011,39)
Depreciação anual	(28.864,98)	(559.205,06)	(26.146,32)	(99.201,75)	(625.351,11)	-	(52.346,90)	(9.478.502,56)	-	(308.363,40)	(11.177.982,08)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	6.383.417,11	-	-	6.383.417
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	<u>(28.864,98)</u>	<u>(3.134.006,87)</u>	<u>(453.202,88)</u>	<u>(277.454,73)</u>	<u>(3.957.325,63)</u>	<u>(777.856,35)</u>	<u>(177.495,35)</u>	<u>(23.348.218,37)</u>	=	<u>(411.151,20)</u>	<u>(32.565.576,36)</u>
Saldo contábil líquido											
Em 1º de janeiro de 2025	-	<u>3.994.034,90</u>	<u>226.667,46</u>	<u>132.390,65</u>	<u>3.604.319,27</u>	-	<u>351.683,18</u>	<u>29.566.505,37</u>	<u>825.332,95</u>	<u>2.364.040,20</u>	<u>41.064.973,98</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>1.251.142,89</u>	<u>3.438.229,84</u>	<u>200.521,14</u>	<u>500.774,87</u>	<u>4.151.086,51</u>	-	<u>436.743,75</u>	<u>31.109.606,04</u>	<u>825.332,95</u>	<u>2.055.676,80</u>	<u>43.969.114,79</u>

  

Movimentações 2024	Benfeitorias em bens de terceiros	Prédios e Instalações	Reavaliação Prédios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Equipamentos	Reavaliação de Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Obras em andamento	Aeronave	Total
Taxa de depreciação	4%	4%	4%	20%	10%	10%	10%	20%		12,50%	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	<u>6.568.836,71</u>	<u>653.724,02</u>	<u>215.174,58</u>	<u>5.268.282,26</u>	<u>777.856,35</u>	<u>374.324,61</u>	<u>32.127.685,91</u>	-	-	<u>45.985.884,44</u>
Adições	-	-	-	100.478,59	1.668.596,73	-	277.507,02	21.789.552,38	825.332,95	2.466.828,00	27.128.295,67
Baixas	-	-	-	5.009,54	585,20	-	(175.000,00)	- 4.097.600,00	-	-	(4.278.194,74)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	<u>6.568.836,71</u>	<u>653.724,02</u>	<u>310.643,63</u>	<u>6.936.293,79</u>	<u>777.856,35</u>	<u>476.831,63</u>	<u>49.819.638,29</u>	<u>825.332,95</u>	<u>2.466.828,00</u>	<u>68.835.985,37</u>
Movimentação da depreciação											
Depreciação em 1º de janeiro de 2024	-	(2.015.795,13)	(400.910,24)	(145.640,75)	(2.849.605,52)	(777.856,35)	(84.176,06)	(17.570.186,78)	-	-	(23.844.170,83)
Depreciação anual	-	(559.006,68)	(26.146,32)	(33.016,24)	(482.369,00)	-	(45.864,68)	(5.914.342,52)	-	(102.787,80)	(7.163.533,24)
Baixas	-	-	-	404,01	-	-	4.892,29	3.231.396,38	-	-	3.236.693
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	=	<u>(2.574.801,81)</u>	<u>(427.056,56)</u>	<u>(178.252,98)</u>	<u>(3.331.974,52)</u>	<u>(777.856,35)</u>	<u>(125.148,45)</u>	<u>(20.253.132,92)</u>	=	<u>(102.787,80)</u>	<u>(27.771.011,39)</u>
Saldo contábil líquido											
Em 1º de janeiro de 2024	-	<u>4.553.041,58</u>	<u>252.813,78</u>	<u>69.533,83</u>	<u>2.418.676,74</u>	-	<u>290.148,55</u>	<u>14.557.499,13</u>	-	-	<u>22.141.713,61</u>
Em 31 de dezembro de 2024	-	<u>3.994.034,90</u>	<u>226.667,46</u>	<u>132.390,65</u>	<u>3.604.319,27</u>	-	<u>351.683,18</u>	<u>29.566.505,37</u>	<u>825.332,95</u>	<u>2.364.040,20</u>	<u>41.064.973,98</u>

O saldo de veículos foi substancialmente concedido em garantias aos respectivos financiamentos e consórcios atrelados aos próprios bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

## 10. Empréstimos e financiamentos

Composição	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financiamentos	112.098,80	257.600,00	369.698,80	399.402,68	368.000,00	767.402,68
Empréstimos	34.036.850,30	70.833.333,33	104.870.183,63	5.315.157,33	95.833.333,33	101.148.490,66
Empréstimos com os sócios	-	57.568.845,83	57.568.845,83	-	35.221.623,32	35.221.623,32
Total	34.148.949,10	128.659.779,16	162.808.728,26	5.714.560,01	131.422.956,65	137.137.516,66

Financiamentos: Foram realizados para aquisição de veículos e equipamentos com vencimento final entre 2025 e 2029, sobre eles incidem encargos de 9,38% a.a. a 12,40% a.a. e as garantias são os próprios bens financiados e avais dos sócios.

Empréstimos: a Empresa efetuou em 2023 a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRA, juntamente com o Itaú Unibanco S.A., no montante de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), sendo R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) notas comerciais seniores e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) notas comerciais subordinadas com vencimento final para 2028 com encargos de 2,70% a.a. e 5% a.a. + CDI respectivamente, sendo garantida a operação através de avais dos sócios e alienação de imóveis rurais. A Empresa efetuou a liquidação da operação em 2024 referente as notas comerciais seniores junto ao Itaú Unibanco S.A., permanecendo as notas comerciais subordinadas junto aos sócios no valor original de R\$ 30.000.000,00 com vencimento final em dezembro/2028 classificado em Empréstimos com os Sócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

Em 2024 a Empresa contratou junto ao BNDES o crédito no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) conforme contratos nº 24.901.311/011 e nº 24.901.311/020, com vencimento final para 2029. Sobre o principal da dívida decorrente do "Subcrédito A" incidirão juros à taxa fixa de 7,42% a.a. e do Subcrédito B incidirão juros à taxa fixa de 1,52% a.a. + Taxa Selic. Para garantir a operação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi necessário a emissão de fianças bancárias do Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$ 75.000.000,00 e do Banco Bradesco S.A. R\$ 25.000.000,00, ambas incidirão juros à taxa fixa de 1,00% a.a. As garantias constituídas foram os avais dos sócios, aplicações financeiras e recebíveis, sendo liberadas proporcionalmente na medida da amortização do empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 13 de novembro de 2025, os sócios da Santa Lúcia Distribuidora de Combustíveis Ltda. aprovaram a emissão de Notas Comerciais Escriturais, para colocação privada, no valor total de R\$ 15.000.000,00, com prazo de 5 (cinco) anos e remuneração de CDI + 2,5% ao ano. A emissão foi realizada sem garantias, tendo como finalidade servir de lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com distribuição por meio de plataforma de crowdfunding, nos termos da regulamentação aplicável da CVM. Os valores captados destinam-se ao financiamento das atividades operacionais e de expansão da Empresa.

Os montantes com vencimento a longo prazo têm a seguinte composição

2027	25.110.400
2028	67.374.336
2029	20.870.133
2030	15.304.910

A Empresa possui ainda cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos, as quais, exigem a manutenção de determinados indicadores financeiros, sendo eles:

- Dívida Líquida / Ebitda: Deve ser menor ou igual a 1,5
- Não pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio superiores a 25% do lucro líquido

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	2025	2024
Saldo no início do período	137.137.516,66	71.786.693,60
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	17.822.370,18	11.204.173
Captação de empréstimos e financiamentos	15.000.000	67.199.606,00
Pagamento de juros de Empréstimos e financiamentos	(7.151.15)	(11.204.173)
Saldo no final do período	162.808.728,26	137.137.516,66

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

11. Obrigações funcionários e sócios

Composição	2025	2024
Provisão de férias	973.295,92	797.787,97
Salários a pagar	428.794,94	677.153,88
Provisão de INSS s/Férias	265.784,78	217.819,33
Provisão de FGTS s/Férias	77.727,16	63.764,80
Pensão alimentícia a pagar	5.510,43	20.242,04
Rescisão a pagar	4.232,80	0,00
Empréstimo Consignado	15.340,91	0,00
Reclamatório trabalhista	133.800,00	0,00
Pró-labore a pagar	651,02	556,68
<b>Total</b>	<b>1.905.137,96</b>	<b>1.777.324,70</b>

12. Contas a pagar

Composição	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aluguéis a pagar	4.751,17	-	2.036,39	-
Outras contas a pagar/ Consórcios	93.706,63	11.389.084,63	93.706,63	13.454.890,17
Provisões a pagar *	1.164.864,58	-	984.565,38	-
Investimentos a pagar**	-	-	845.769,60	-
Contratos	-	-	621,94	-
Seguros a pagar	216.706,65	-	353.272,39	-
<b>Total</b>	<b>1.480.029,03</b>	<b>11.389.084,63</b>	<b>2.279.972,33</b>	<b>13.454.890,17</b>

\* Saldo das obrigações referente as filiais.

\*\* Representa o saldo a pagar referente a compra de uma cota parte da aeronave, registrada no ativo imobilizado da Empresa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

### 13. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2025	2024
<u>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</u>	<u>86.133.218,323</u>	<u>45.265.353,23</u>
Alíquota fiscal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(29.285.294,20)	(15.390.220,10)
Juros sobre capital próprio	2.724.420	2.114.800,00
Exclusão da Selic sobre atualização de indêbitos (Exclusões)/adições líquidas	2.988.627,61 844.955,29	1.477.389,81
Total do IR/CS corrente	<u>(22.727.291,30)</u>	<u>(11.798.030,29)</u>
Alíquota fiscal efetiva	26,39%	26,06%

### 14. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão de acordo com a perda estimada.

A Empresa é parte em processos jurídicos de natureza trabalhista, oriundos do curso normal das operações. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos. Periodicamente a Administração avalia a situação para fins de acompanhar a necessidade de provisão.

Descrição	2025	2024
Trabalhistas	99.942,04	182.693,23
Total	<u>99.942,04</u>	<u>182.693,23</u>

As perdas possíveis no valor de R\$ 1.607.521,58 (Em 2024 no valor de R\$ 8.408.918,02) não foram provisionadas contabilmente.

### 15. Patrimônio Líquido

- Capital social: totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 20.973.300,00 (vinte milhões novecentos e setenta e três mil e trezentos reais), e está representado por 20.973.300 cotas de R\$ 1,00 cada uma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

- b. Reserva de reavaliação: é composta por reavaliação de ativos próprios realizada pela empresa no ano de 2011;
- c. Reserva de lucros: é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos quotistas. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização e ou distribuição de lucros aos quotistas;
- d. Reserva legal: constituída com a finalidade de assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
- e. Reserva estatutária: constituída conforme deliberação em reunião realizada em 28/01/2026 na proporção de 71,25% dos lucros, foi aprovado pelos sócios na mesma data a proposta do resultado do exercício de 2025;
- f. Destinação do Lucro Líquido do Exercício de R\$ 63.405.926,93:

	Valor
Reserva Legal - (5%)	3.170.296,35
Lucros e JSCP a distribuir - (23,75%)	15.058.907,65
Reservas Estatutárias - (71,25%)	45.176.722,93

## 16. Receita líquida

	2025	2024
Receita bruta	4.407.983.119,72	3.597.263.151,23
Vendas de combustíveis	4.407.155.811,22	3.596.716.448,40
Outras vendas mercadorias	153.492,90	
Prestação de serviços	76.904,40	409.702,83
Receita de aluguéis	596.911,20	137.000,00
Deduções sobre vendas	(28.400.647,22)	(22.488.347,96)
(-) Devoluções de vendas/cancelamento de serviços	(8.386.188,96)	(3.786.243,79)
(-) ICMS sobre vendas/serviços	(10.347.092,30)	(7.469.041,87)
(-) ICMS ST	(2.614.420,88)	(1.931.500,06)
(-) COFINS	(5.793.299,50)	(7.640.193,06)
(-) PIS	(1.259.645,58)	(1.661.369,18)
Receita líquida	4.379.582.472,50	3.574.774.803,27

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

17. Custos e despesas por natureza

Composição	2025	2024
Custos diretos das mercadorias vendidas	(4.246.218.628,93)	(3.463.328.995,59)
Demais custos com armazenagem e transporte	(12.168.068,14)	(10.589.765,55)
Remuneração, benefícios e encargos trabalhistas	(19.680.674,42)	(12.555.901,28)
Serviços de terceiros	(14.182.186,60)	(7.049.752,09)
Energia elétrica e telefonia	(176.353,04)	(134.317,22)
Combustíveis e manutenções veículos	(26.728.517,12)	(25.147.599,35)
Provisões líquidas	(115.973,83)	(281.813,04)
Despesas com locação de veículos	(4.124.574,55)	(1.966.019,55)
Depreciação e amortização	(10.129.656,35)	(6.483.021,15)
Perdas diversas	(20.233.960,06)	(15.485.207,41)
Outras despesas	(15.335.149,12)	(12.155.305,25)
Total	<u>(4.369.093.742,16)</u>	<u>(3.555.177.697,48)</u>
Custo das mercadorias	(4.258.386.697,07)	(3.473.918.761,14)
Despesas com vendas	(2.834.187,61)	(2.267.418,19)
Despesas administrativas	(86.311.114,21)	(62.836.531,05)
Despesas gerais e administrativas	(21.561.743,27)	(16.154.987,10)
Total	<u>(4.369.093.742,16)</u>	<u>(3.555.177.697,48)</u>

18. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	15.778.732,40	3.494.937,54
Variações monetárias ativas	8.895.103,80	3.946.686,73
Outras	803.253,00	1.251.774,53
Total da Receita Financeira	<u>25.477.089,20</u>	<u>8.693.398,80</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e saldo devedor	(10.127.880,93)	(11.204.173,01)
Despesas CRA	(7.694.489,25)	(20.343,00)
Outras	(5.241.376,81)	(3.214.960,09)
Total da Despesa Financeira	<u>(23.063.746,99)</u>	<u>(14.439.476,10)</u>
Total Resultado Financeiro	<u>2.413.342,21</u>	<u>(5.746.077,30)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2025	2024
Outras Receitas Operacionais		
Ganhos de capital	4.835.769,13	2.856.388,67
Recuperação de Tributos*	67.924.711,42	27.222.342,76
Outros	470.665,13	1.335.593,31
Total das Outras Receitas Operacionais	<u>73.231.145,68</u>	<u>31.414.324,74</u>
Outras Despesas Operacionais		
Perdas aposentadoria CBIOS	(18.306.547,50)	(14.193.691,43)
Outros	(3.255.195,77)	(1.961.295,67)
Total das Outras Despesas Operacionais	<u>(21.561.743,27)</u>	<u>(16.154.987,10)</u>
Total outras receitas /(despesas) operacionais	<u>51.669.402,41</u>	<u>15.259.337,64</u>

(1) Representa os valores recebidos dos pedidos de ressarcimento referente a apuração de créditos de Pis e Cofins sobre insumos, aquisição de etanol anidro, vinculados à Lei Complementar 192/2022, à Lei Complementar 194/2022, à Lei 14.592/2023 e à Medida Provisória 1.157/2023. A Empresa reconhece o crédito apenas quando a Receita homologa a PER/DCOMP, via pedido administrativo, e não por ter transitado em julgado, e com base na assessoria jurídica, porque entende que antes disso ainda existe incerteza relevante, e, portanto, o crédito se enquadra como ativo contingente, nos termos do CPC 25. A homologação remove a incerteza e permite o reconhecimento contábil.

(2) Referem-se aos créditos de descarbonização (CBIOS), instituídos no âmbito do RenovaBio e regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representam certificados adquiridos pela Empresa para cumprimento das metas anuais obrigatórias de descarbonização.

Os CBIOS são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e registrados no ativo até sua aposentadoria, momento em que são baixados contra o resultado como custo de cumprimento regulatório.

Eventuais perdas apuradas na realização desses créditos, decorrentes de variações de preço, ajustes de estimativas ou diferenças entre valores de aquisição e de realização, são reconhecidas como despesa no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(valores expressos em Reais)

20. Partes relacionadas

Os principais saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e que poderiam ter sido diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros.

Descrição	31/12/2025			
	Contas a receber	Contas a pagar	Compras	Receita de venda
DSL Com.	7.265.160,47	(384,47)	(45.927,59)	83.267.834,35
LSL Com.		-	(6.046,62)	8.084.431,35
JP Santa Lucia	19.710.803,03	(5.483,69)	(295.993,40)	316.138.246,91
Saccol Com.	625.714,14	-	(160,56)	8.138.561,38
SL Com.	136.492,90	(191.186,29)	(8.539,69)	136.492,90
TRR Com.	-	-	-	61.334.343,29
Treino Com.	211.980,86	-	(1.627,31)	5.056.267,70
	<u>27.950.151,40</u>	<u>(197.054,45)</u>	<u>(358.295,17)</u>	<u>482.156.177,88</u>

  

Descrição	31/12/2024			
	Contas a receber	Contas a pagar	Compras	Receita de venda
DSL Com.	4.633.535,58	(614,50)	(90.758,83)	83.401.458,41
ISL Adm.	1.125.288,08	-	-	-
JP Santa Lucia	9.019.415,04	(13.799,97)	(889.427,42)	309.847.280,44
LSL Com.	260.011,60	-	-600,93)	9.003.564,00
Saccol Com.	327.984,26	(45,97)	(1.423,28)	4.149.038,92
SL Com.	-	(330.157,80)	0,00	0,00
TRR Com.	4.431.060,41	-	0,00	106.325.782,02
Treino Com.	116.410,15	-	(262,08)	5.236.103,20
	<u>19.913.705,12</u>	<u>(344.618,24)</u>	<u>(982.472,54)</u>	<u>517.963.226,99</u>

As transações da Empresa com as partes relacionadas acima descritas referem-se a operações comerciais, exemplos: de compra e venda de combustíveis, venda de máquinas e equipamentos e prestação de serviços.



**SANTA LÚCIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.**  
(CNPJ 06.278.750/0001-06)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(valores expressos em Reais)**

---

### **Operações chave com o pessoal da Administração**

A Administração-Chave da Empresa é composta pelo Diretor Executivo, Diretor Administrativo Financeiro, Diretora Jurídica e Diretora Institucional.

#### **21. Evento subsequente - Efeitos da escassez de combustível decorrente dos conflitos no oriente médio**

Com o início dos conflitos ao final do mês de fevereiro de 2026, envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, observou-se um aumento expressivo nos custos do petróleo, o que impactou diretamente os preços dos combustíveis no mercado internacional. Esse cenário resultou na necessidade de reajustes de preços praticados pelas distribuidoras no mercado interno.

A empresa permanece atenta à elevada volatilidade da *commodity*, adotando medidas de gestão e precificação compatíveis com o ambiente de mercado.

DEIZI SANTA  
LUCIA:9805102  
4087

Assinado de forma digital  
por DEIZI SANTA  
LUCIA:98051024087  
Dados: 2026.03.31 18:00:00  
-03'00'

---

**Santa Lúcia Distribuidora de Combustíveis Ltda.**  
**Deizi Santa Lucia - Sócia Administradora**  
**CPF 980.510.240-87**

GUSTAVO  
REINHEIMER  
SONZA:93510403053

Assinado de forma digital por  
GUSTAVO REINHEIMER  
SONZA:93510403053  
Dados: 2026.03.31 18:03:35  
-03'00'

---

**Santa Lúcia Distribuidora de Combustíveis Ltda.**  
**Gustavo Reinheimer Sonza - Administrador**  
**CPF 935.104.030-53**

SILVIA AURORA SILVA  
MONTERO:42685540  
091

Assinado de forma digital por  
SILVIA AURORA SILVA  
MONTERO:42685540091  
Dados: 2026.03.31 18:00:24  
-03'00'

---

**Ipiranga Assessoria Contábil Empresarial Ltda**  
**Silvia Aurora Silva Montero - Contadora**  
**CRC/RS 46.133/O-8**